Abiodum

Edição 04 – Agosto/13

Car@s leitor@s. Chegamos novamente com nosso Boletim ABIODUM! Neste ano celebramos uma década da alteração da LDBEN/96 pela Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003, a qual definiu a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-brasileira no ensino escolar no Brasil e a educação das relações etnicorraciais. Foi fruto de muitas disputas, definiu uma política curricular na perspectiva da conscientização política e histórica da diversidade, do fortalecimento de identidades e de direitos, e ainda por ações educativas de combate ao racismo e discriminações e mobilizou energias de norte a sul do país. Desde 2003, combinaram-se debates e intervenção do movimento social negro, ações não confluentes nas esferas de governo, produção e articulações acadêmicas – certamente com momentos de profundo antagonismo -, como também posicionamentos que revelaram uma mídia brasileira divergente com um projeto de educação pela diversidade. Em 2013, uma década de Lei 10.639/03, importa aos atuais e aos futuros profissionais da educação acompanhar e refletir acerca da complexidade dos processos ocorridos, como as conquistas, pelas vozes de seus protagonistas. Assim, a quarta edição do ABIODUM é dedicada a apresentar comentários de agentes que atuaram nas ações pela política curricular, que desenvolveram projetos, todos a partir de uma ótica crítica sobre esta desafiadora proposta, como dito em Parecer do Conselho Nacional de Educaçao – CNE/CP 3/2004, "fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira".

Neste número contamos com entrevista de uma pesquisadora, formadora de professores e militante do movimento negro e dois relatos de práticas educativas – um no ensino fundamental e um na formação continuada. Como de praxe, colocamos também algumas informações sobre instituições e fóruns que tratam dos temas relacionados com educação das relações etnicorraciais no Brasil. BOA LEITURA.

ERER na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.

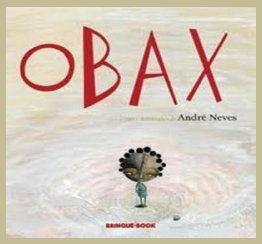
Paulo Roberto Ricardo , Pedagogo e Especialista em Práticas Pedagógicas Multidisciplinares

A abordagem da educação das relações etnicorraciais na Escola Básica Municipal Antônio Paschoal Apóstolo, que fica localizada no distrito de São João do Rio Vermelho, acontece desde 2006. O trabalho pedagógico é realizado com aproximadamente 500 alunos dos anos iniciais do fundamental, totalizando o atendimento de 20 turmas, sendo trabalhado de diferentes formas, mas principalmente através de histórias e contos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

Nosso objetivo é proporcionar aos alunos condições para que eles possam compreender que a sociedade brasileira é formada por pessoas que pertencem a grupos étnicorraciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que em conjunto constroem na nação brasileira, sua história, contribuindo na construção política, social, cultural e econômica do Brasil. Vamos passar a descrevê-lo:

Trabalho de dobradura a partir do livro "Bruna e a Galinha D'angola". Essa história fala sobre a criação do mundo segundo o povo de Angola, e a partir dela as crianças registravam fatos importantes nos panös, de Gercilga de Almeida.

Desenho e confecção de imagem a partir do livro "Obax". Esse livro retrata a arte de diversos grupos étnicos espalhados por Nigéria, Costa do Marfim, Senegal, Mauritânia e Mali feita pelas mulheres; de André Neves;



Releitura de imagens do livro "Kofi e o Menino de Fogo". Seu tema é o respeito às diferenças; este livro conta a história do encontro entre dois garotos de lugares muito diferentes, de Nei Lopes.

Reflexões sobre a importante contribuição do povo negro e indígena na construção política, social, cultural e econômica do Brasil através de projeção de filmes e documentários. Recepção do trabalho pela comunidade escolar e impactos educacionais (reestruturação do PPP, eventos, etc.)

Esse trabalho está fundamentado na Lei 10.639/2003, que tem como um dos objetivos o resgate da contribuição histórica dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. A seguir, mostramos produções das crianças dos anos iniciais.

Contato: ricardopaulo.pmf@gmail.com

Curso de literatura afro-brasileira para professores e professoras da rede pública de ensino/SC

Profa. Maria Aparecida Rita Moreira

O curso intitulado **A literatura no contexto da sala de aula: trabalhando com contos** aconteceu em 2011, teve a duração de quatro meses, nos moldes de educação à distância e contou com a participação de um grupo de professores e professoras de diferentes regiões da rede pública estadual de Santa Catarina. Para sua realização houve uma construção, trabalhou-se a seis mãos: eu desenhei os módulos e atuei como professora/tutora da turma; Eliane Santana Dias Debus, professora do Departamento de Metodologia de Ensino, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, assessorou e coordenou o projeto; e Denise Naccari, professora especialista, atuando na Secretaria de Estado da Educação, responsável pelo EDUCAD – educação continuada à distância – , respondeu por toda parte administrativa e dos recursos tecnológicos, dando suporte aos professores na utilização desse ambiente.

O curso teve como suporte legal o disposto no artigo 26-A da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e suas Diretrizes.

O curso contou com seis módulos e seus objetivos principais foram: (1) Introduzir o gênero narrativo conto; (2) apresentar textos que tratassem da literatura brasileira, numa perspectiva afro-brasileira; (3) proporcionar o contato com as literaturas africanas de língua portuguesa, sendo escolhida, entre elas, a angolana, oferecendo

um panorama desta; e (4) proporcionar o contato com contos afro-brasileiros e angolanos de diferentes autores.

Após o contato com a teoria, chega o momento da prática, momento de permitir que as emoções do conto cheguem até você, e quem sabe, futuramente na sua sala de aula. Portanto, é hora de dar vida ao conto, transformar a leitura em magia.
Relaxe!
Lembre sua melhor experiência de leitura e permita-se revivê-la através da leitura destes contos:

Olhos d'água
Os dois amigos
Boneca
Nós choramos o cão tinhoso*
Palavras para o velho abacateiro*
O menino e o livro
Discurso sobre o fulgor da língua
A descida
Uma furtiva lágrima
Zaita esqueceu de guardar os brinquedos
Falsas recordações felizes
Zito Makoa, da 4ª classe

A realização do curso fez com que a equipe tivesse certeza que a construção de uma educação literária comprometida com a educação para as relações étnico-raciais é viável, porém, percebe-se que, principalmente no ensino médio, onde a literatura faz parte do currículo escolar, muitos professores e professoras desconhecem textos literários de escritores e escritoras afro-brasileiros. Portanto, tornar cognoscível essa literatura, bem como as africanas de língua portuguesa parece ser mais um dos desafios que a Lei 10.639 nos apresenta.

* Profa. Maria Aparecida Rita Moreira - Licenciada em Letras Inglês, Professora da Rede Publica Estadual de SC, Doutoranda em Literatura.

Contato: cida25fevereiro@gmail.com

ENTREVISTA com Profa. Joana Celia dos Passos

Considerando sua atuação na agenda nacional da educação brasileira como pesquisadora, docente da formação de professores e militante do movimento negro como situa o período dos 10 anos de modificação da LDBEN pela 10369/03?

Não tenho dúvidas que a inclusão da história e da cultura dos afro-brasileiros e africanos no currículo da educação básica representa um avanço político e pedagógico na história da educação, da escola brasileira e também do movimento negro, que é o principal protagonista dessa conquista. O currículo tem grande influência e valor na organização do trabalho pedagógico escolar, não somente porque organiza os conhecimentos a serem socializados e apropriados pelos sujeitos, mas porque, nele estão implícitas, as escolhas, os silêncios, as disputas culturais, sociais e políticas que privilegiam determinados conhecimentos e culturas em detrimento de outros, neste caso, os conhecimentos referentes à história e cultura da população negra. Do mesmo modo, nele também estão presentes as possibilidades e contribuições para a superação das desigualdades. Desse modo, a alteração da LDB pela 10639/03 e pela 11645/08 influenciou a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e as Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação Infantil além de possibilitar, mais recentemente, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.

Considera que isto foi um marco para a educação ou, afinal, foi uma medida desnecessária/dissolvida nas políticas publicas dos anos 2000?

É um marco para a educação e também para o movimento negro que vê uma de suas pautas históricas ser regulamentada na LDB. É preciso dizer sempre que leis similares a 10639/03 já existem desde os anos 1990 no Brasil, inclusive aqui mesmo em SC. como em Itajaí a Lei 2.830/93; em Florianópolis a Lei 4446/94; em Tubarão a Lei 1.864/94 e em Criciúma a Lei 3.410/97. Tais Leis são oriundas a articulação do movimento negro com vereadores que assumiam naqueles contextos históricos essa agenda. O que temos nesses 10 anos é o reconhecimento pelo Estado brasileiro de que as desigualdades raciais incidem sobre as trajetórias escolares das crianças e jovens negros. E que o desconhecimento da história e cultura de 52% da população brasileira impacta na vida e nas relações sócio raciais dos diferentes grupos (negros, indígenas, brancos). Não é possível falar em democratização e universalização da educação básica sem levar em conta as desigualdades escolares entre negros e brancos, o racismo que também se manifesta na instituição escolar e os conhecimentos escolares que ainda se pautam por uma base eurocêntrica e colonizadora. Mas, não basta o reconhecimento por parte do Estado para que a história e a cultura afro-brasileira e africana sejam abordadas no currículo escolar, é preciso que ele (o ESTADO) possibilite as condições para isto de fato se efetivem.

* Houve alterações relevantes de 10 anos para cá, em face de nossa história de desigualdades? O que destaca?

A sociedade brasileira tem se modificado nesses 10 anos. E essas modificações no campo da política educacional, por exemplo, são fundamentais para as próximas gerações. Destaco aqui a implementação das ações afirmativas para negros e indígenas no ensino superior, que recolocaram a tematização do racismo, das desigualdades raciais e dos privilégios da elite no cotidiano da população brasileira. Não são somente as universidades que ganham com a entrada desses novos sujeitos, mas toda a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo o debate público provocado pelas ações afirmativas para negros no ensino superior colocou em foco o racismo e suas nuances, ainda vigente nas práticas sociais. Entretanto, o ambiente universitário

ainda não assimilou positivamente a presença desses jovens, contudo, não há mais como retroceder principalmente com as avaliações positivas já realizadas sobre essa política. Outro aspecto importante a se destacar diz respeito à formação inicial e continuada de professores, onde os desafios ainda são grandes. Identifico alguns para que se possa refletir: Os/As gestores/as públicos ainda precisam ser convencidos da importância da implementação das Diretrizes como direito de todos/as crianças e jovens negras/os e não-negras/os; Romper a lógica de que a implementação das Diretrizes se faz; exclusivamente com formação docente e de forma conteudista; Ausência de planos de formação continuada com orçamento próprio; compreender a diversidade étnicorracial como estruturante do currículo e não como tema transversal; a educação para as relações raciais ainda como projeto de professores e não da escola; as questões raciais ainda não fazem parte dos processos formativos nas licenciaturas.

*Profa. Dra. Joana Célia dos Passos - Docente ensino superior, pesquisadora CNPQ, coordenadora do Programa de Educação do Núcleo e Estudos Negros (NEN/SC), membro titular do Fórum de Educação de Santa Catarina pelo movimento negro, membro do Fórum Estadual de Educação das Relações Étnico-Raciais.

Destaque de Pesquisas:

**A escola no projeto de vida de estudantes negros que freqüentam a EJA em Florianópolis*, 2003-4. III Edição concurso Negro e Educação, Anped e Fundação Ford

**Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública*, 2010. Doutorado/UFSC-2010

**Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN): a participação das pesquisadoras negras na produção do conhecimento científico*, 2012, em curso. Financiamento pelo CNPQ

Contato: passos.jc@gmail.com

Para DISCUTIR e Saber Mais

O Fórum Permanente de Educação das Relações Etnicorraciais de Santa Catarina, criado em 2005 tem o objetivo de fortalecer a articulação entre os atores locais para a promoção e valorização da diversidade étnico-racial e de gênero nos sistemas de ensino. No estado, o Fórum é constituído por representantes das redes de ensino, das instituições formadoras, de militantes do movimento social negro , centralmente, e suas ações estão agregadas na perspectiva de debater e fomentar políticas públicas, dialogar com os processos educativos implicados com a implementação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de Historia e Cultura Afro-brasileira e Africana. Atualmente, é presidido pela professora Jeruse Romão, mestra em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Para contato: jeruser@yahoo.com.br

ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros)

ABPN é uma associação, criada em 2000, sem fins lucrativos com sede no Rio de Janeiro, destinada à defesa da pesquisa acadêmico-científica e/ou espaços afins realizadas prioritariamente por pesquisadores negros, sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil e todos os demais temas pertinentes à construção e ampliação do conhecimento humano. Esta associação científica realiza bianualmente o Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, com o interesse em aglutinar a divulgação científica e o debate de agendas para o conhecimento em torno dos temas investigados por acadêmicos/as ou pesquisadoras/es militantes. Em 2010, criou-se no âmbito da ABPN uma revista eletrônica de modo a ampliar o espaço de divulgação da produção acadêmico-científica resultante de pesquisas, experiências e vivências que contribuem para a construção do conhecimento, alcançando sua decima edição.

http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/index

Unidade-sede da ABPN Av. Maracanã, 229 Rio de Janeiro RJ 20271-110 Brasil

Para saber mais e contactar: www.abpn.org.br e abpn@abpn.org.br

Para debater ou contribuir com o Boletim ABIODUM PET contacte conosco em:

Facebook PET Pedagogia UFSC

Email: petpedagogi07@gmail.com